

REPORTAGEM ESPECIAL

Reforma preocupa escolas

As instituições particulares e públicas alegam que não estão preparadas para mudança no 2º grau

MÁRCIA BRANKI

passos lentos. Assim promete caminhar no Estado a implantação do pacote de reformas do ensino de 2º grau anunciado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para acabar com o denominado "currículo enciclopédico", em que o aluno recebe informações, mas desconhece sua aplicação prática.

As escolas particulares capixabas, por exemplo, alegam que estão despreparadas para adotar as mudanças no ensino médio a partir do próximo ano, como deseja o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza.

"A decisão veio de forma repentina e até agora sabe-se apenas que o ensino médio irá sofrer alterações. Mas nada foi detalhado. Em função disso, acho que não há como iniciar 98 com um novo currículo. Precisamos de pelo menos dois anos para colocá-las em prática", admite o diretor do Colégio Salesiano, padre Jayme Teixeira.

Nas escolas estaduais, as previsões divergem. Os diretores e professores da rede pública concordam que é impossível iniciar o próximo ano letivo atendendo às novas exigências do MEC. Por sua vez, a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) anunciou ontem que já iniciou os estudos para verificar quais serão as adequações necessárias.

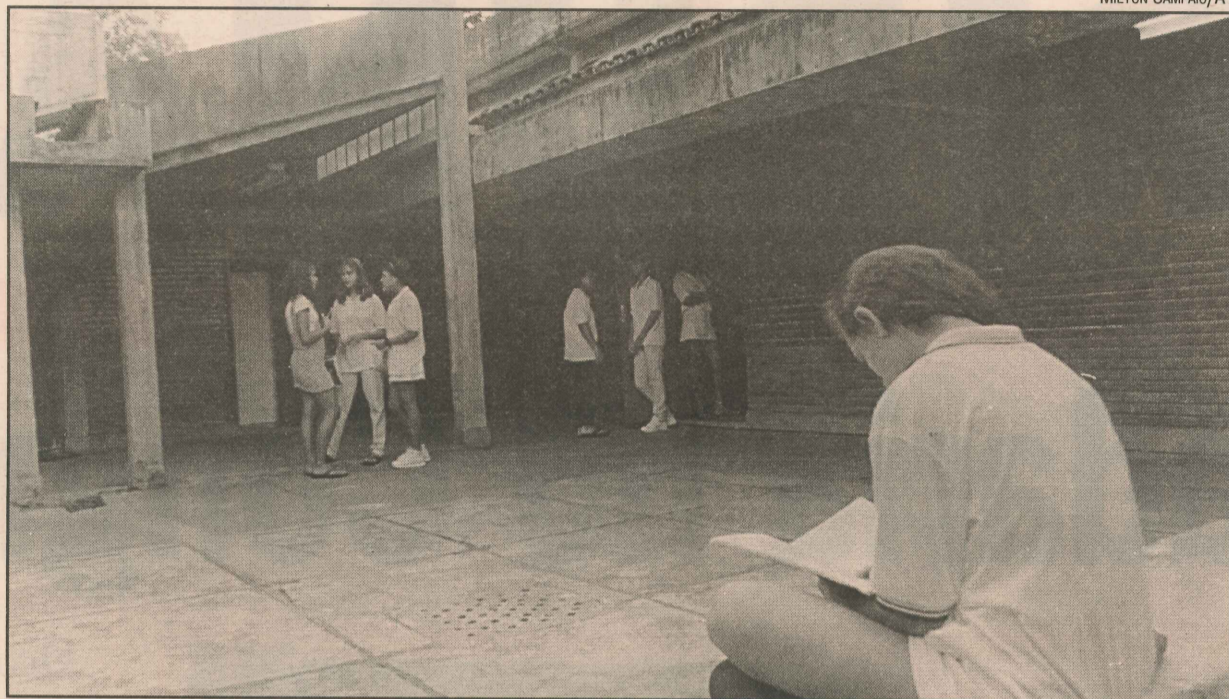
Mas, antes disso, a secretaria

Câmara definirá prazo

BRASÍLIA - A Câmara de Ensino Básico do Conselho Nacional de Educação (CNE) deverá estipular um prazo para que os estados se adequem às medidas propostas pelo governo para reformar o 2º grau.

Uma das principais funções da câmara é garantir a base para a adoção da nova política, e a resolução final poderá trazer recomendações para que os conselhos e secretarias estaduais busquem a qualificação e a adesão dos principais responsáveis pela aplicação da reforma, os professores do ensino médio.

O presidente da Câmara de



MILTON SAMPAIO/AT

O objetivo do MEC é acabar com o "currículo enciclopédico" e melhorar formação do jovem

terá que enfrentar vários "empecilhos", como a crise financeira enfrentada no governo do Espírito Santo, a falta de professores e de laboratórios adequados, a carência de material didático e a não realização de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento.

O professor de Ciências e Biologia, Lúcio Rosetti, que leciona na rede estadual, aponta como uma das principais barreiras para o novo modelo do MEC a carência e in experiência de professores.

"Cerca de 80% dos professores são contratados em regime de Designação Temporária. Ou seja, não têm vínculo com a escola e muitos nem possuem curso superior. A implementação das mudanças vai exigir uma série de adequações".

Pela proposta, a carga horária será ampliada para 2.400 horas, mas será flexível para atender às aspirações dos alunos, que terão que cumprir 1.800 horas de uma base curricular comum nacional, enquanto as outras 600 horas serão destinadas a uma parte diversificada.

Ensino Básico, Jamil Cury, também acredita ser possível adotar a reforma no 1º ano do 2º grau já em 1998, mas acha que os conselhos e secretarias precisarão de mais tempo para definir suas próprias políticas.

"É preciso a adesão do corpo docente para a aplicação de uma metodologia nova", ressaltou o presidente.

Cury salientou que não estava adiantando decisões da Câmara, que terá até outubro para apresentar uma resolução. O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, poderá homologar ou não a decisão.

Sedu vai buscar parceria

O Estado vai recorrer à parceria de empresas privadas ou ao auxílio do governo federal para implementação das mudanças curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

Segundo a subsecretária pedagógica da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), Vera Lúcia Baptista Castiglioni, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado, o governo estadual pretende seguir as orientações do ministério e implantar a reforma do ensino de 2º grau a partir do próximo ano.

Para isso, a secretaria já iniciou um estudo que visa a defi-

nir como vai instituir a reforma do ensino médio nas escolas da rede estadual.

A crise financeira, reconhece ela, é um dos maiores "entraves" da reforma do ensino médio mas, apesar disso, continua confiante e afirma que um dos pontos a serem discutidos neste estudo é a fonte de recursos. Mas os professores duvidam dessa "saída".

"Na semana passada foi paga a segunda parcela de abril. Ainda restam maio e junho. Não acredito que os parceiros vão arcar com as despesas sem nenhuma contrapartida", comenta o professor de História e Geografia identificado como Antônio Carlos.

FIQUE POR DENTRO DA PROPOSTA DO MEC

☛ **Núcleo nacional** - O MEC vai criar um núcleo nacional comum que deverá ser adotado por todas as escolas. Nesse núcleo estarão as matérias básicas e a definição das competências e habilidades que o aluno deverá desenvolver. As escolas poderão optar pela forma de organização do ensino: modulado, seriado, em ciclos e alternado.

☛ **Currículos** - O núcleo comum obrigatório para o 2º grau será dividido em três grupos: sociedade e cultura; códigos e linguagens; e ciência e tecnologia. Dentro dessas áreas, as escolas terão liberdade na organização dos currículos, inclusive, dependendo do caso, introduzindo disciplinas agrupadas. Segundo o MEC, a intenção da reforma do currículo não é suprimir disciplinas, mas reorganizar o 2º grau, adequando o curso às aspirações dos alunos e à expectativa do mercado de trabalho.

☛ **Carga Horária** - A carga horária do ensino médio será elevada de 2.200 para 2.400 horas, conforme determina a lei

de Diretrizes e Bases da Educação. A partir de 98, as escolas terão que destinar 600 horas a atividades que não fazem parte do núcleo básico. Nestas horas, o aluno poderá escolher a área de aperfeiçoamento, se quer ingressar em uma universidade, aprofundar os conhecimentos em arte ou música ou ainda especializar-se para o mercado de trabalho

Se optar pelo ensino profissionalizante, poderá ter acesso a diversas áreas de conhecimento, como secretariado, informática, música, etc. A proposta do MEC prevê, inclusive, a possibilidade de o aluno cursar a parte diversificada em outra instituição que faria convênio com a escola. É o caso, por exemplo, de uma escola de música.

☛ **Prazo** - Se a proposta for aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, a partir do próximo ano as mudanças já deverão ser introduzidas na primeira série do 2º grau em todas as escolas do País.

☛ **Aceleração do curso** - O MEC prevê

Dois anos para mudanças na rede particular

Embora, na teoria, as escolas da rede particular de ensino não enfrentem problemas financeiros ou falta de infraestrutura, na prática a situação não é bem assim.

A exemplo da rede estadual, os diretores destas escolas também reconhecem que não estão preparados para implementar mudanças no próximo ano. Segundo eles, seria necessário um prazo de, no mínimo, dois anos para adequar as escolas à nova realidade.

Para um dos diretores do Colégio Salesiano, padre Jayme Teixeira, as propostas foram anunciadas de forma repentina. "Contratar professores e promover ampliação e construção de novos laboratórios vai representar um custo para a escola. Algumas podem, inclusive, paralisar as atividades por não conseguirem se adequar à nova realidade", ressaltou.

A gerente administrativa do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Espírito Santo (Sinepe), Zenilda Barbosa, também reconhece as deficiências, mas aposta no sucesso da reforma.

Segundo a assessoria de imprensa do sindicato, as escolas não podem repassar custos elevados aos pais e, por isso, se for constatada possibilidade de aumento, as escolas vão interferir e buscar alternativas para reverter a situação.

a aceleração do curso dentro das escolas convencionais para alunos com mais de 18 anos. A medida poderá beneficiar 54% dos alunos que cursam atualmente o 2º grau. A distorção idade/série nesse nível de ensino chega a 70%.

☛ **Lei de Diretrizes** - A proposta de mudança está baseada na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que reforça a característica do 2º grau como última etapa da educação básica. Hoje, segundo o MEC, o 2º grau está voltado para preparar o aluno para o vestibular. Este é um dos objetivos, mas, com as mudanças, o MEC quer que o aluno seja orientado também para sua integração na sociedade e para o trabalho.

☛ **Flexibilização** - Com a flexibilização do ensino de 2º grau, o aluno poderá durante o curso, direcionar os estudos para a área acadêmica, ou se preparar para o ingresso no mercado de trabalho. No caso da opção pela área técnica, o estudante poderá paralelamente escolas técnicas.

Alunos vão passar mais tempo na sala de aula

O MEC quer a ampliação da carga horária mínima de 2.200 para 2.400 horas, aumentando o ano letivo para 200 dias

Dependendo da decisão do Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir do próximo ano os estudantes de 2º grau terão que passar mais tempo na escola. O Ministério da Educação e do Desporto (MEC) quer ampliar a carga horária mínima do ensino médio brasileiro de 2.200 para 2.400 horas, aumentando também o número de dias letivos ao ano de 180 para 200.

A proposta de reforma do 2º grau anunciada na última sexta-feira pelo ministro Paulo Renato Souza prevê que o estudante terá que cumprir 1.800 horas de uma base curricular nacional, onde se incluem as disciplinas tradicionais.

As 600 horas restantes, o equivalente a 25% da carga horária,

serão destinadas a uma parte diversificada que prevê, inclusive, a pré-qualificação profissional dos alunos que não desejam fazer o vestibular.

PREVISÃO

A base curricular comum abrangerá três áreas de conhecimento: Código e Linguagens, Ciência e Tecnologia e Sociedade e Cultura, onde se incluem as disciplinas tradicionais.

Na parte diversificada, complementou o delegado regional do MEC, Lézio Sathler, o aluno poderá aprofundar conhecimentos em uma área ou disciplina voltada para o ingresso do estudante no ensino superior, se preparar para o mercado de trabalho, em uma espécie de curso pré-profissio-

nalizante, ou ainda se dedicar a outras áreas de interesse como, por exemplo, música ou arte. A idéia, segundo o MEC, é oferecer opções que hoje o currículo rígido não oferece.

Na avaliação do delegado, o ensino atual está defasado e o mercado está a cada dia mais exigente. "Em função do quadro, as mudanças propostas pelo MEC são pertinentes e mais que necessárias".

Com relação à falta de preparo das escolas capixabas para implementar as mudanças no ensino, Lézio diz que esta é uma realidade nacional e que o Espírito Santo não é uma exceção. "Todas as escolas estão enfrentando dificuldades, mas este é um processo que depende de adequação".

De acordo com Lézio, a proposta está inserida numa realidade e as mudanças serão feitas de acordo com as condições do governo. "Ela deve ter início a partir de 98 e vai continuar sendo implementada ao longo dos anos. Não há prazo definido para que esteja funcionando plenamente".

Ministro: "Trabalho fácil"

RIO - O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou ontem que as mudanças no ensino técnico e de segundo grau propostos pelo MEC são necessários para melhorar o acesso do jovem ao mercado de trabalho.

Paulo Renato falou na abertura do Encontro Internacional sobre Juventude, Educação e Emprego, no Hotel Glória, na zona Sul do Rio. "O que se exige de nossos sistemas educacionais é diferente do que se exigia até agora", afirmou Souza. "É preciso, na área de formação, oferecer múltiplas oportunidades para a juventude".

O ministro previu que o Conselho Federal de Educação deve analisar em "dois ou três

meses" a mudança no currículo de 2º grau proposta, segundo a qual 25% do currículo será de matérias opcionais, determinadas pelas escolas, que o aluno vai poder escolher se cursará ou não.

De acordo com o diretor de Desenvolvimento de Educação Média e Tecnológica do MEC, Ruy Leite Berger Filho, a proposta não vai tornar obrigatória a mudança do currículo. Segundo ele, a mudança permite que as escolas aproveitem os 25% da carga horária prevista para currículos específicos para reforçar as matérias consideradas básicas, como Matemática e Português. "Nesse caso, não vai mudar muito", explicou o diretor.

Berger disse ainda que a inten-

ção do ministério é acabar com o "currículo enciclopédico" dado atualmente, que passa ao aluno informações sem que ele saiba qual é a sua utilidade. "Por exemplo, até hoje eu não sei para que serve equação do segundo grau", afirmou o diretor do MEC.

A mudança vai permitir estabelecer, pela primeira vez, o conteúdo de conhecimentos necessários em todo o País e a habilidade mínima que deve ter o aluno de segundo grau, na opinião de Berger.

O diretor informou que o Ministério planeja treinar seis mil professores da rede pública para o ensino dos novos currículos, nas universidades federais, ao custo de R\$ 60 milhões.

VEJA O QUE PENSAM ALUNOS E PROFESSORES

A proposta do Ministério da Educação de reformar o 2º grau ampliando a carga horária e modificando a grade curricular está movimentando o meio escolar. Tanto professores quan-

to alunos apostam nas alterações, mas ressaltam a importância de adequações. Segundo os entrevistados, do jeito que estão, as escolas não terão como instituir as mudanças.

FOTOS DE MILTON SAMPAIO/AT



"Apesar das dificuldades, acho que as mudanças propostas pelo MEC devem contribuir para as escolas oferecerem um ensino de melhor qualidade. Embora algumas escolas não tenham nem mesmo condições de dar aulas, se o Estado tiver boa vontade, penso que o ensino só tende a melhorar"

■ Joel Gomes Neto, 19 anos, 1º ano



"Acho que as mudanças vão melhorar o ensino de 2º grau, mas temo pelo aumento da carga horária. Trabalho como auxiliar de secretaria e, dependendo de como as escolas vão definir a ampliação da carga, poderá prejudicar os alunos que estudam e trabalham"

■ Alessandra dos Santos Antônio, 16, 1º ano



"Muitas escolas não têm laboratórios, biblioteca e nem mesmo professores. Cerca de 80% dos professores do Estado são contratados em regime de Designação Temporária, ou seja, não possuem vínculo com a escola e muitos não tem nem mesmo formação especializada. Vai ser difícil instituir mudanças"

■ Lúcio Rosetti, professor de Ciências e Biologia



"Acho viável a proposta do MEC, mas somente nas escolas que tenham condições. Não há necessidade de o aluno conhecer tudo de Física se ele quer fazer Medicina. Mas estas alterações são muito bonitas no papel. Acho que em uma escola que não possui infra-estrutura isto não vai funcionar"

■ Zuleika Nasser Fonseca, professora de Biologia

"As mudanças propostas pelo MEC são bem-vindas, mas com a estrutura atual não há como dar certo. Entre outras mudanças, o Estado terá que fazer uma reestruturação ge-

ral nas escolas, incrementar a qualidade do material didático e oferecer cursos de aperfeiçoamento"

■ Luiz Felipe Afonso Melo, professor de Matemática